

## PALAVRA DO LEITOR

## “Moleza sueca”

Com o título “Moleza sueca”, edição do **Jornal do Comércio** de 26/05/2015, o jornalista Fernando Albrecht omite informações relevantes para quem é um frequentado formador de opiniões graças ao espaço generoso que ocupa no jornal. 1) A Suécia tem 10 milhões de habitantes. O Brasil, o jornalista deve saber: 210 milhões; 2) Na Suécia, todos pagam impostos proporcionais às suas rendas. No Brasil, os impostos são regressivos, isto é, os pobres acabam pagando, proporcionalmente, mais que os ricos. As operações Zelotes, Pavlova, HSBC, a imoralíssima dívida pública que come metade do orçamento comprovam a cruel injustiça fiscal e social do País; 3) Quando o colunista diz que “Nós pagamos planos de saúde” está se referindo aos 50 milhões de conterrâneos que têm renda para pagá-los para as lucrativas empresas de saúde aos elevados preços vigentes. Empresas as quais devem R\$ 2 bilhões ao SUS por atendimentos realizados aos pagadores de seus planos. Mas 150 milhões de nossos irmãos se valem do SUS para prevenir e tratar doenças. Não revela que mais de 100 mil transplantes anuais são realizados inteiramente pelo SUS. *(Franklin Cunha, médico)*

**N.R.:** Caro leitor, o colunista não omitiu informações. Ele quis dizer o que está escrito: que nós, brasileiros, pagamos muito imposto para receber péssimos serviços em troca.

## Editorial

Com referência ao editorial do **Jornal do Comércio** de 28/05/2015, cabe ressaltar que é legítimo as entidades sindicais buscarem todos os caminhos para defender os interesses de seus filiados, independentemente da posição que ocupem na administração. O que tem que ser esclarecido é como a entidade que possui acesso a todas as informações financeiras do Estado levantou as informações e indicou à Justiça as contas onde havia recursos disponíveis para bloqueio e, principalmente, a diferença processual que levou a Justiça a conceder liminar diferente das concedidas aos outros sindicatos menos privilegiados. O que preocupa é que não foi apresentado nenhum caminho para sair da crise. Nenhum plano ou projeto. Estamos apenas esperando que a crise piore ainda mais, levando o terrorismo à classe mais sensível do processo, os funcionários públicos. Hoje, atingiram os que recebem acima de R\$ 5.100,00, no próximo mês, R\$ 3.000,00 e, futuramente, ninguém sabe. O problema é de toda a sociedade, mas a ação tem que ser do Executivo, e não haverá nenhuma iniciativa do Judiciário ou do Legislativo. *(Gilberto da Silva, vice-presidente do Afocefe)*

## Precatórios

Em relação à matéria Rio Grande do Sul terá que ampliar pagamento de precatórios (**Jornal do Comércio**, 28/05/2015), observo que precatórios é um assunto totalmente esquecido atualmente. Nem o deputado estadual Frederico Antunes (PP) se manifesta mais. Enquanto isso, os credores idosos, em sua grande maioria passando por todo tipo de necessidade, vão sucumbindo sem ver a cor do dinheiro. *(Gustavo Bauer, Porto Alegre)*

## Saúde

Construir Unidades Básicas de Saúde é o passo inicial. Porém, manter os locais com médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar é caro. Aí, as prefeituras recuam. *(Eneida de Paula, Porto Alegre)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2 mil caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.



## ARTIGOS

## Uma conquista dos gaúchos

Luiz Fernando Mainardi

A conquista do status de Zona Livre da Peste Suína Clássica, oficializada na assembleia anual da Organização Mundial de Saúde Animal, na quarta-feira, premia os esforços desenvolvidos pela Defesa Sanitária Gaúcha nos últimos 10 anos, reafirma a importância do trabalho cooperativo entre os governos e a iniciativa privada, e posiciona a suinocultura gaúcha num patamar privilegiado na disputa pelos melhores espaços no mercado internacional.

Sentimo-nos parte deste momento histórico. No governo Tarso Genro (PT), orientamos nossa passagem pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio por fortalecer o serviço de defesa agropecuária, na estratégia de recuperar as funções do Estado. Desenvolvemos uma política salarial adequada ao período, realizamos concurso público para a efetivação de 130 novos médicos veterinários, revitalizamos e mantivemos atuantes os postos de divisa e estimulamos a atuação permanente das equipes de fiscalização. Fomos parceiros da iniciativa privada, especialmente na boa relação com o Fundesa, nos investimentos que qualificaram, ainda mais, os serviços.

Se queremos a nossa economia forte, temos que usar os mecanismos do Estado para atuarem como indutores e potencializadores do desenvolvimento. Isso não é possível com salários atrasados, cortes de diárias e congelamento de aumentos salariais. A sanidade, mais do que nunca, é fator garantidor da valorização da produção agropecuária, pois amplia mercados e assegura melhores preços para a agroindústria. O Rio Grande já avançou bastante neste caminho. Mas, muito ainda há para ser feito. Precisamos, por exemplo, discutir, com seriedade e com um olhar no futuro, a implantação da rastreabilidade bovina. Nossos “vizinhos”, uruguaios e catarinenses, ao sul e ao norte, já adotaram esta ferramenta que os coloca num status sanitário superior ao nosso.

Por enquanto, comemoremos esta vitória. A suinocultura gaúcha, que responde por 27% das exportações brasileiras, é uma das principais cadeias produtivas da nossa agropecuária. Movimentou, no ano passado, US\$ 13 bilhões e responde por cerca de 195 mil empregos, entre diretos e indiretos. Permanecemos vigilantes, porque mais difícil do que obter a certificação, é mantê-la.

Deputado estadual/PT

## Novo Código Penal: luz no fim do túnel

Cezar Roberto Bitencourt

Parece que o Congresso Nacional foi tomado por um pouco de bom senso ao decidir “desacelerar a apreciação” do discutível projeto de novo Código Penal. Em nenhum país sério se faz um projeto de novo Código Penal em sete meses, como ocorreu com esse, cuja comissão foi designada pelo senador José Sarney (PMDB), que desejava apor seu nome nessa história. Trata-se de um projeto absolutamente equivocado, retrógrado, arbitrário, contraditório e divorciado de uma política criminal humanitária progressista, inteligente, bem-elaborada e em conformidade com um Estado pluralista, social e democrático de direito. Por outro lado, a referida comissão não ouviu os grandes especialistas, a academia de ciências criminais, e tampouco os professores e doutrinadores de Direito Penal, que poderiam, certamente, contribuir com o aperfeiçoamento desse

texto sofrível, que, além de tudo, desmoraliza nosso vernáculo com sua péssima redação. O debate que teria havido com a sociedade brasileira, alegada pela comissão, resumiu-se a exposições da própria comissão apenas para os alunos das universidades, sem nunca ter confrontado com a opinião ou debate com os especialistas. Faltou-lhes coragem para esse enfrentamento! Espera-se que o Congresso retire esse texto de pauta e, quando achar conveniente, promova seminários e congressos convidando os melhores especialistas do País a participarem e a ofereçam suas contribuições acadêmico-científicas para, quem sabe, possibilitar a apresentação de um substitutivo à altura da história de nossos Códigos Penais anteriores. Pede-se, apenas, calma e serenidade para a elaboração de um Código Penal para as próximas gerações!

Advogado criminalista

## Food trucks e a sua regulamentação

Pablo Mendes Ribeiro

A comida de rua, que é uma realidade cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, ganhou, nos últimos anos, uma nova modalidade: os food trucks, restaurantes sobre rodas caracterizados pela variedade de opções, que podem ir desde hambúrgueres até comida oriental. O que para muitos pode parecer uma moda, em alguns países já se consagrou como tendência gastronômica. Em Porto Alegre, não é diferente, e o poder público precisa estar atento a isto.

A capital gaúcha já possui uma legislação para ambulantes, mas ela foi feita pensando nos comerciantes tradicionais – como os que vendem cachorros-quentes e churros – e não para esta nova oferta. Como vereador, preocupo-me com a segurança alimentar da população e com a preservação do comércio gastronômico tradicional, uma vez que, se precisamos incentivar novas formas de gerar emprego e renda, isto não pode comprometer a cadeia

econômica já existente. O fato é que há espaço para todos, desde que as regras sejam claras e democráticas. Pensando nisso, sabe-se que tanto o Legislativo quanto o Executivo estão debatendo o assunto e propondo soluções, com uma audiência pública que ocorreu na quinta-feira, na Câmara Municipal. Cabe, agora, ampliar o debate com a sociedade para que os food trucks não se constituam num entrave para o setor. O incentivo desregulado ou a proibição, como podem querer alguns, não são caminhos possíveis. Quem vai a São Francisco, nos Estados Unidos, ou a São Paulo, percebe o crescimento deste tipo de negócio e a tentativa de regular esta modalidade. Porto Alegre entrou no circuito e precisa encontrar soluções viáveis para que os “caminhões de comida” atendam áreas abrangentes, ampliando o acesso à comida de rua com preço acessível e suas variadas opções gastronômicas.

Vereador (PMDB) de Porto Alegre